Cadernos de Gênero e Tecnologia
ISSN: 2674-5704

https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt

Cruzada antigênero e estratégias de resistência: a educação em disputa!

Carolina Burda Fernandes
e-mail: carolina.burda@ufpr.br
Orcid: http://orcid.org/0009-0005-0448-5425
Universiade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Dayana Brunetto
e-mail: dayanabrunetto@ufpr.br
Orcid: http://orcid.org/0000-0001-6538-5819
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

RESUMO

Este texto nasce de uma conversa entre a professora Dra. Dayana Brunetto e a professora Dra. Lindamir Salete Casagrande, realizada em meio à pandemia de COVID-19, e posteriormente revisitada e atualizada em 2026. A partir desse diálogo, problematizamos a intensificação das investidas neoconservadoras sobre a educação, especialmente por meio da chamada cruzada antigênero, que tem como alvo central as professoras feministas e os estudos feministas de gênero. Partimos da compreensão de que tais discursos, ao interditarem o debate feminista nas escolas, não apenas deslegitimam produções acadêmicas, mas também atuam como mecanismos de apoio, omissão e produção das violências de gênero. Em articulação com acontecimentos recentes amplamente divulgados pela mídia, evidenciamos como essas estratégias se reconfiguram no ambiente digital e se materializam em práticas que objetificam, hierarquizam e violentam corpos femininos. Nesse sentido, reafirmamos a centralidade das abordagens feministas de gênero na educação como fundamentais para o enfrentamento, a prevenção dessas violências, a construção de espaços seguros para meninas e mulheres, bem como para a defesa dos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gênero. Feminismo. Escola. Misoginia.

Este texto resulta de um convite encantador da querida Lindamir, realizado em meio ao caos da pandemia de COVID-19 no Brasil que, à época, registrava 2165 óbitos nas 24 horas anteriores ao encontro que promoveu este diálogo, somando um total de 419.114 famílias enlutadas, de acordo com o site do Ministério da Saúde[1]. Famílias com as quais nos solidarizamos profundamente. A partir daquele contexto e do diálogo realizado, revisitamos e atualizamos este texto em 2026, incorporando novas reflexões e acontecimentos que tensionam e reconfiguram as análises aqui apresentadas. O pensamento não é estático. As ideias vão se deslocando conforme o tempo passa. Entra na conversa para a escrita a mestranda Carolina Burda Fernandes, que pesquisa sobre discursos masculinistas nas redes sociais e seus efeitos de poder na vida das meninas e mulheres em relação às violências.

Esse convite é encantador por nos demandar uma escrita narrativa do diálogo realizado sem as habituais exigências acadêmicas rígidas, das métricas e das classificações... No entanto, isso não significa que este seja um texto descomprometido com as teorizações, com a ética, ou uma escrita aligeirada... Ao contrário, esta tecitura livre representa o compromisso com a educação feminista como princípio de todas as ações educativas que fazemos e a importância dessa perspectiva não só na trajetória acadêmica, como também no projeto de vida em sociedade.

Lindamir convidou para uma *live* do Projeto Conversando sobre, e deu toda a liberdade para que o tema fosse pensado. A partir de uma das reflexões que têm nos incomodado, foi colocado em debate uma das nossas inúmeras inquietações atuais em relação ao campo dos Estudos de Gênero, das Sexualidades e a Educação. Isto é, a investida de poder das forças conservadoras sobre a educação, por meio de estratégias que compõem uma cruzada antigênero, atacando em diferentes frentes, com o objetivo de tomar o espaço educativo formal.

Um dos indicativos desta investida de poder consiste na interdição dos discursos de gênero na escola. No entanto, não qualquer discurso de gênero, mas sim um específico – o discurso feminista. Suspeitamos que a produção dos discursos feministas como alvo dessa interdição nas escolas esteja relacionada com o perigo que a difusão desse discurso representa para a sociedade machista, misógina, sexista, elitista, LGBTIfóbica, racista e capacitista.

O diálogo e a produção de posicionamentos políticos feministas materializados nos corpos, práticas e experiências das comunidades escolares representam um perigo, na concepção do campo que temos pensado como neoconservadorismo, pois abriria espaço para inúmeras possibilidades de enfrentamento das violências de gênero.

A *live*, iniciou abordando as formações iniciais, que se aproximam geograficamente, com a professora Lindamir graduada em Pato Branco e a professora Dayana em Palmas, no interior do Paraná, e em relação ao curso. Dayana relatou que sua primeira graduação foi em Ciências, com habilitação plena em Biologia, enquanto Lindamir cursou Ciências com habilitação plena em Matemática.

Ao longo da conversa, Dayana destacou que, ao cursar o mestrado, o doutorado e o pós-doutorado em Educação, todos na Universidade Federal do

Paraná, passou por um intenso processo de desconstrução das certezas anteriormente apreendidas no curso de Biologia. Essas certezas, à época, se apresentavam como verdades absolutas e carregavam o *status* de uma Ciência pretensamente neutra e objetiva. Ainda na década de 1990, ao ingressar em uma especialização voltada aos estudos da sexualidade, começou a questionar os determinismos biológicos, movimento que se intensificou no mestrado, quando muitas dessas supostas verdades foram colocadas em xeque. Assim, da Biologia positivista que marcou sua formação inicial, pouco restou.

No sentido de oferecer as principais bases teóricas da produção da fala na *live* também foram destacadas as publicações de Rogério Junqueira (2018), Jimena Furlani (2016) e as pesquisas do Laboratório de Investigação em Gênero, Sexualidade e Subjetividades na Educação – LABIN UFPR, do qual fazemos parte. Destas, em especial as de Karina Veiga Mottin (2019), Amanda da Silva (2017) e Jasmine Moreira (2016), além dos textos de Maria Rita de Assis César e André Duarte, em especial (2017).

Os ataques às feministas e aos Estudos de Gênero não são exatamente novos, nem uma especificidade brasileira. A ofensiva antigênero e antifeminista vem se produzindo desde a década de 1980 em vários países, faz parte de um projeto político e social mais amplo, e é muito bem financiada. Uma dessas estratégias foi a invenção de um factoide denominado de ideologia de gênero, que se propõe, dentre outras coisas, a denunciar as feministas, em especial as professoras feministas, e os movimentos de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT[2] como inimigos a serem combatidos por estarem pervertendo as infâncias, atentando contra a natureza e destruindo a família e a sociedade. Esse factoide foi criado no interior da igreja católica, a partir da década de 1980. (Junqueira, 2018; César, Duarte, 2017)

Entretanto, nas últimas décadas o que se demonstrou é uma intensificação desses ataques, que articulou uma bancada cristã e neoliberal, à qual se uniram grupos católicos e evangélicos, em especial representantes das igrejas neo-pentecostais, e grupos neo-liberais, como por exemplo, o liderado por Miguel Nagib, jurista paulista, intitulado Escola Sem Partido. O movimento neoconservador Escola Sem Partido – MESP, apesar de ter sido inventado em 2003, com a função principal de evitar que as escolas e universidades, especialmente as públicas, continuassem a produzir militantes de esquerda comunistas, a partir de uma "doutrinação marxista cultural", seja lá o que isso possa significar, era incipiente. Mas, adquire notoriedade, inclusive internacional, a partir do momento em que toma para si a pauta antigênero e antifeminista, em 2010 (Dayana Brunetto; Karina Mottin, 2020).

A cultura brasileira da informação/opinião tem se mostrado mais interessada em *links*[3] e *likes*[4], além de priorizar cabeçalhos e chamadas de notícias veiculadas pelas redes sociais a textos que resultam de pesquisas acadêmicas sérias, produzidas, na sua maioria, nas universidades públicas. Some-se isto à prática de não se verificar a procedência das informações, e os posicionamentos conservadores ganham um público cativo (Caroline Delmazo; Valente, 2018). É desafio nosso transformar a linguagem acadêmica das nossas pesquisas em linguagem simples, sem perder rigor acadêmico.

A partir de uma estratégia discursiva sedutora, que tomou telões de igrejas neo-pentecostais, grupos de famílias e redes sociais, em especial os de WhatsApp[5], e foi replicada a exaustão no período pré-eleitoral de 2018, por exemplo, se produziram diversas investidas, em nome de deus, da família e da proteção das crianças, contra as professoras feministas, o movimento social e as pessoas LGBT, incentivando a gravação das aulas por parte de estudantes para denunciar professoras[6], a judicialização dos processos pelas famílias de estudantes[7], dentre outras estratégias que colocaram a escola no centro do debate e das disputas de poder.

Nesse contexto, a escola também passa a ser diretamente instrumentalizada na produção e circulação desses discursos. Em abril de 2026, denúncias envolvendo a realização de filmagens em escolas municipais de São Paulo por parte da produtora Brasil Paralelo[8] evidenciam esse movimento. Segundo o sindicato da categoria, as gravações teriam ocorrido sem a transparência adequada junto às comunidades escolares, com indícios de uso indevido da imagem de crianças e possível manipulação de suas falas em uma produção de caráter duvidoso e ideológico, voltada à crítica da educação pública (Raquel Freitas, 2026)[9].

Tais práticas evidenciam uma reconfiguração das estratégias de disputa, nas quais a escola deixa de ser apenas alvo de ataques discursivos e passa a ser incorporada como cenário e matéria-prima na produção dessas narrativas. Os rituais de culto religioso nos quais essas afirmações passaram a ser veiculadas com frequência e destaque, quando comparados a defesas de trabalhos de conclusão de curso, mestrado e doutorado ou apresentação de trabalhos em eventos científicos, não raras vezes, se aproximam mais do cotidiano das pessoas. Parece ser mais fácil e agradável ouvir o pastor ou padre falar do que ler, refletir e pensar. Este é um dos elementos que pode ter contribuído para a difusão do negacionismo, para a demonização das professoras feministas e para a caça às bruxas do presente.

Existem diversos tipos de conhecimento, que são produzidos nos diferentes espaços, por meio de processos distintos. Nesse contexto, interessa pensar sobre as diferenças e distanciamentos entre o conhecimento científico e uma variante do conhecimento religioso, que se distancia das produções da ciência e filosofia da religião e que faz funcionar uma lógica operacional singular. Dentre as várias diferenças observadas empiricamente, destacamos a que se refere a forma de produção, por exemplo.

O conhecimento científico se produz, principalmente, a partir do questionamento. Essa variante do conhecimento religioso a qual nos referimos, se produz como dogma, ou seja, sua principal característica é ser inquestionável. Só por essa diferença, já é possível compreender que não se está falando da mesma coisa. Os estudos de gênero e sexualidades, assim como os estudos feministas, são do campo dos conhecimentos científicos. A escola trabalha com os conhecimentos escolares, que se desdobram dos conhecimentos científicos, como os produzidos pelos estudos de gênero e sexualidade, a partir de questionamentos e pesquisas acadêmicas, além de se relacionarem com as questões sociais e culturais.

Com isso, não se está afirmando aqui a superioridade dos conhecimentos científicos sobre outros tipos de conhecimentos, como os saberes ancestrais, por

exemplo. O que questionamos é o engodo sobre relações de gênero e sexualidade, veiculado amplamente como conhecimento religioso e dogma. E a estratégia de apropriação indébita dos nomes e dos conceitos produzidos por pesquisadoras feministas em especial, pelas instituições neoconservadoras. Nesse processo, se opera um esvaziamento de sentido e significado do que foi produzido e se utiliza dessa simulação e desse neo-sentido, totalmente desprovidos do compromisso político com o qual o conceito foi criado, para através de interesses espúrios atacar as pesquisadoras feministas e o campo de estudos, na busca por deslegitimação dessas produções.

O jogo político estruturado por uma moral judaico-cristã que sustenta uma ordem social operacionalizada pelo machismo, misoginia, sexismo, elitismo, LGBTfobia, racismo e capacitismo produziu a diferença como passível de correção em direção a um ideal ficcional masculino, heterocisnormativo, sem deficiência, rico e branco. A partir disso, as produções subjetivas de mulheres, LGBT, pessoas com deficiência, pessoas pobres, negras e indígenas, por exemplo, se constituem em alvo do apagamento, da aniquilação e dos ataques. As professoras feministas, em especial, são produzidas como as inimigas preferenciais a serem aniquiladas.

Em sua expressão extrema, essas dinâmicas também se manifestam em episódios de violência direta contra mulheres em posições institucionais de autoridade. Em 2025, duas servidoras do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) foram assassinadas por um colega de trabalho dentro da própria instituição. De acordo com relatos iniciais da investigação, o autor demonstrava resistência explícita à autoridade feminina, recusando-se a aceitar a chefia de uma mulher, que ocupava posição hierárquica superior à sua (Corrêa, 2025). O caso evidencia que a deslegitimação da autoridade feminina não se limita ao plano simbólico, podendo assumir formas letais, especialmente quando mulheres ocupam espaços de liderança historicamente negados a elas.

A perseguição às mulheres também não é um fenômeno recente na história. Um projeto articulado entre colonizadores e a igreja católica vitimou muitas mulheres na fogueira, queimadas como bruxas, ao longo dos séculos XV, XVI e XVII em diferentes países, por exemplo. Dentre as diversas razões para que isso acontecesse, está a perda de fiéis da igreja católica que procuravam auxílio nos conhecimentos milenares que as mulheres detinham. É interessante pensar como a Biologia contribuiu, séculos mais tarde, para a compreensão das atrocidades executadas pela igreja católica, na santa inquisição, em relação às mulheres que eram submetidas a provas de bruxaria impossíveis de se escapar da culpa, e executadas em seguida. Com o conhecimento da micologia, foi possível compreender que as mulheres das regiões interioranas da França, em muitas ocasiões ficavam expostas ao fungo do centeio presente nos sacos de farinha, armazenados não raras vezes em porões escuros, úmidos e quentes. O fungo do centeio produz um efeito alucinógeno quando inalado e as mulheres que inalavam esses esporos apresentavam características comportamentais incomuns. Esses comportamentos eram tomados como flertes com o demônio, ou seja, as mulheres eram demonizadas, denunciadas à santa inquisição como bruxas, e executadas. (Kramer; Sprenger, 2017)

O conjunto de estratégias colocadas em funcionamento pelas investidas de poder conservadoras se reformula ao longo da história. Mais recentemente, observa-se que essas estratégias também se deslocam e se reconfiguram no

ambiente digital, especialmente por meio das redes sociais, onde passam a operar com grande alcance e capacidade de difusão. Nesse contexto, influenciadores digitais têm atuado na produção e disseminação de discursos sobre gênero e relações entre homens e mulheres, frequentemente apresentados como conselhos ou orientações de vida.

Um exemplo é o caso do influenciador Breno Vieira Faria, responsável pelo perfil “Café com teu pai”, que reunia cerca de um milhão de seguidores e foi alvo de denúncias encaminhadas ao Ministério Público Federal por conteúdos considerados misóginos, tendo inclusive sua conta removida da plataforma *Instagram* (Marielle Pinheiro, 2026). O próprio nome do perfil, que faz alusão à obra religiosa *Café com Deus Pai*, sugere a aproximação desses discursos com referências morais de matriz religiosa. Além disso, sua atuação como policial rodoviário federal coloca em evidência a articulação entre produção de conteúdo digital e posição de autoridade institucional, levantando questionamentos sobre o uso dessa posição na legitimação e ampliação do alcance de tais discursos (Carol Neves, 2026). Em suas declarações, o influenciador afirma não se considerar machista, ao mesmo tempo em que defende papéis específicos para as mulheres, associados à maternidade e ao cuidado, e mobiliza comparações que estabelecem hierarquias entre a sexualidade masculina e feminina. Um exemplo recorrente é a metáfora da “chave mestra” em oposição à “fechadura”, na qual homens com múltiplas parceiras são valorizados, enquanto mulheres na mesma condição são desqualificadas, operando assim uma lógica que naturaliza critérios morais distintos para homens e mulheres e reforça a inferiorização da sexualidade feminina (Duda Barros, 2026).

Esse conjunto de estratégias representa desonestidade intelectual pois, assim como a ideologia de gênero, é um factoide produzido para frear as conquistas feministas e dos movimentos LGBT no campo das políticas públicas, dentre as quais a educação. Por ser um factoide, não tem compromisso nenhum com estudos acadêmicos sérios ou com conhecimento científico. Ao contrário, se produz no campo do dogma, pois se coloca como inquestionável, e é feito por meio da apropriação indébita dos nomes dos conceitos produzidos pelos estudos de gênero e feministas, pela distorção dos sentidos e significados dessas produções conceituais, pela tradução da linguagem para um modo mais acessível e sedutor e pela difusão em diversos meios. Esse processo de tradução leva em conta o que é mais vendável para a sociedade como um todo. Ou seja, o discurso é transformado em um produto.

Um exemplo disso é o discurso que diz se dedicar à proteção das crianças. Essa é uma narrativa sedutora porque toda a sociedade, se interpelada sobre isso, vai se posicionar a favor, inclusive as professoras feministas e os movimentos LGBT. E por que não? No entanto, o processo não é tão direto e transparente como pode parecer. Não se pergunta quem é a favor de proteger as crianças de forma direta. Em vez disso, se cria um inimigo a eliminar – as professoras feministas – e se afirma, sem fundamentação nenhuma – porque esta não é uma questão importante para tais estratégias – que tais professoras, denominadas de ideólogas de gênero, fazem doutrinação ideológica, confundem a cabeça das crianças, pretendem e vão fazer com que as crianças “virem” lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transexuais. Com isso, uma série de afirmações constrói um cenário no qual as feministas são

produzidas como inimigas das crianças, de deus, da família, da sociedade e da humanidade.

Na lógica neoconservadora, as professoras feministas querem acabar com as infâncias, pois confundem as cabeças das crianças ao afirmarem que o gênero não está necessariamente ligado ao sexo biológico, deixando aberta a possibilidade de se trocar de gênero na hora em que se deseja, como se isso fosse uma escolha consciente ou dependesse única e exclusivamente desse processo de escolha. É como se as professoras feministas tivessem o poder de mudar a orientação sexual[10] ou a identidade de gênero[11] de alguém.

Afirmam também que as feministas desviam as mulheres do papel social esperado para elas. Isto é, a maternidade, afetando drasticamente a reprodução da espécie humana e com isso, almejam a extinção da sociedade; que as feministas se colocam contra deus e contra a natureza, pois pretendem acabar com as famílias cristãs, ao ensinarem às mulheres heterossexuais a desobediência e insubmissão aos maridos, e a possibilidade e importância da denúncia das violências de gênero a que estão sujeitas numa relação abusiva, e ao ensinarem que uma relação não-heterossexual é tão legítima quanto uma relação heterossexual, dentre outras distorções dos discursos, das práticas, das experiências e, principalmente das produções intelectuais feministas.

Essas distorções produzem efeitos de poder nos corpos, práticas e experiências das professoras feministas ligando-as até mesmo à bruxaria. Os saberes milenares das mulheres queimadas nas fogueiras da santa inquisição como bruxas, eram considerados perigosos para a sociedade. Os saberes que as feministas publicizam na contemporaneidade também o são, ainda que guardadas as devidas proporções geográficas, históricas e políticas, pois também produzem um pânico moral. Isto é, as professoras feministas são vistas como um perigo à manutenção da ordem vigente.

Na década de 1960, Stanley Cohen desenvolveu uma reflexão sobre como a sociedade reage a determinadas situações e identidades sociais que presume representarem alguma forma de perigo. Cohen criou o conceito de pânicos morais para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos. Nesta perspectiva:

> Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e

> pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende (Cohen, 1972, p. 9).

Assim, é possível compreender como as professoras feministas foram sendo constituídas como inimigas das crianças, das famílias, de deus e da sociedade e, a partir desses processos, adquiriram um grupo considerável de desafetos que se colocam ilusoriamente a serviço da proteção das crianças.

Entretanto, se o interesse de tais estratégias acionadas pelo pensamento neo-conservador fosse mesmo a de proteger as crianças, estimulariam e reforçariam as abordagens feministas de gênero e sexualidade nas escolas, uma vez que essas abordagens são imprescindíveis para o enfrentamento das violências de gênero praticadas contra crianças, adolescentes e jovens. Dentre essas violências de gênero, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes figuram como algumas das mais covardes tipificações, potencializadas durante o isolamento social decorrente da crise sanitária que se desdobrou com a pandemia da COVID-19.

Essas violências também se manifestam no interior das próprias instituições de ensino, como evidenciam casos recentes amplamente divulgados pela mídia. Em março de 2026, em uma escola privada da cidade de São Paulo, alunos foram suspensos após a criação de uma lista de “meninas estupráveis” em grupos de mensagens, evidenciando a naturalização e banalização da violência sexual entre adolescentes (Estadão Conteúdo, 2026). No mesmo período, estudantes do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), em Pelotas, foram investigados pela criação e circulação de um “*ranking* sexual”, no qual meninas eram expostas e classificadas a partir de critérios relacionados à sexualidade, acompanhados de comentários ofensivos e depreciativos (Gabriela Garcia, 2026). Tais episódios, ocorridos em contextos distintos, evidenciam uma produção coletiva de práticas que nomeiam, expõem e objetificam corpos femininos, atribuindo-lhes valor a partir de critérios morais e sexuais, e evidenciam como a sexualidade feminina é publicamente julgada, hierarquizada e controlada, inclusive no interior dos espaços que deveriam se constituir como ambientes seguros de proteção e acolhimento de possíveis vítimas.

Em situações ainda mais graves, essas dinâmicas assumem contornos de intensificação da violência. Denúncias publicizadas em abril de 2026 envolvendo estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) expõem a circulação de listas, de alunas classificadas como alvo de estupro, associadas à oferta de recompensas em dinheiro para a prática da violência, evidenciando uma lógica na qual a sexualidade feminina não apenas é julgada e hierarquizada, mas também convertida em objeto de negociação e incentivo coletivo (Correspondente Local, 2026). Tais práticas indicam a radicalização dessas formas de violência de gênero, nas quais a objetificação dos corpos femininos se articula à banalização e à naturalização da violência.

Os conceitos e as discussões feministas podem produzir práticas preventivas e fortalecer canais de denúncias seguros nas escolas e universidades, para que possíveis vítimas possam ser acolhidas, coibindo e cessando os abusos. Inclusive, em muitos casos, a escola figura como único espaço no qual essa possível vítima pode denunciar, considerando-se que o abusador está dentro de casa.[12]

Nesse sentido, afirmamos que os discursos neoconservadores, como os relacionados ao factoide ideologia de gênero e as estratégias que os sustentam são distorcidos e violentos. Distorcidos, porque se apropriam das produções teóricas e conceituais das feministas que foram inventadas justamente para questionar as violações de direitos e as violências de gênero, e as utilizam para sugerir à sociedade em geral que elas – as feministas, é que estão atuando para perverter as crianças e, por isso, devem ser eliminadas.

Violentos, porque em vez de proteger as crianças, fortalecendo os canais de denúncia, por meio das abordagens feministas, que poderiam desnaturalizar os toques, discutir e caracterizar os abusos e realizar ações de prevenção, bem como acolher possíveis vítimas e encaminhar um suporte psicológico e de assistência social, além de encaminhar denúncias no campo jurídico, os discursos neoconservadores assumem uma postura de ataque e defendem a retirada desses debates das escolas.

Assim, tais discursos e estratégias neoconservadoras se constituem como o principal canal de apoio[13], omissão e conivência com as violências de gênero na escola – abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como de violências domésticas contra as crianças, adolescentes, mulheres e famílias que dizem querer proteger. Tornam-se cúmplices, quando não agentes das violências de gênero, pois não raras vezes na história dos abusos sexuais de crianças e adolescentes se teve notícias de religiosos envolvidos nesses processos.[14]

Assim, em vez de proteger as crianças e as famílias, acabam por proteger somente os abusadores e garantir que os abusos continuem acontecendo — dinâmica que, em sua expressão mais extrema, se mostra na recusa ao arrependimento diante da violência, como no caso de um dos acusados de estupro coletivo no Rio de Janeiro, que compareceu à delegacia utilizando uma camiseta com a frase “não se arrependa de nada”, expressão associada a grupos misóginos que propagam discursos de ódio contra mulheres nas redes sociais (Ana Julia Bertolaccini, 2026).

Diante disso, o que se coloca em jogo é questionar a quem interessa retirar as discussões sobre as relações de gênero, numa perspectiva feminista, das escolas? Denunciar os efeitos dessa onda neoconservadora que tem conseguido, com esses investimentos de poder contra as professoras feministas nas escolas, retirar o debate, a prevenção e o enfrentamento das violências de gênero desse espaço. Ou seja, em vez de proteger as crianças e as famílias, se colocam como coniventes com as violências de gênero; em vez de proteger as crianças, acabam por proteger somente os abusadores e garantir que os abusos continuem acontecendo.

Uma questão problemática desses discursos neoconservadores também é que eles se produzem como monólogos. Isto é, não admitem diálogo ou debate. Ao contrário, fogem disso. Se produzem por meio de crenças, opiniões e informações, descomprometidas com a realidade social material. Para tais discursos, a pesquisa e o conhecimento não importam. Eles se vendem como dogmas e como um produto na engrenagem do capitalismo.

Nesse sentido, como nos diz Dona Yvonne Lara, num fragmento de sua música intitulada Alguém me avisou: “Foram me chamar, eu estou aqui, o que que há?”[15] sugerimos que as pesquisadoras e professoras feministas produzidas como alvo se somem, se fortaleçam e façam o enfrentamento político, disputando o espaço da

educação. Ou seja: se a educação está em disputa, estamos aqui para disputar. Defender que a educação deve ser acessível a todas as pessoas; que o espaço da escola precisa se constituir num espaço seguro para acolher as possíveis vítimas das violências de gênero, especialmente no que se refere ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e à violência contra as meninas e mulheres; que a escola como espaço-tempo pedagógico precisa se produzir como um lugar seguro de discussão e aprendizagens sobre os direitos sexuais e reprodutivos, o direito ao próprio corpo, as tipificações das violências de gênero, os caminhos possíveis de denúncia, a diversidade das formas de se experienciar as sexualidades, de performar os gêneros, a respeito dos marcadores sociais da diferença, sobre os dados das violências de gênero e as potencializações decorrentes da pandemia da COVID-19 e do avanço dos discursos masculinistas nas redes sociais.

Neste contexto, compreendemos violências de gênero como todas as violações de direitos e tipos de violências relacionadas a gênero e sexualidades, associadas a outros marcadores sociais da diferença, tais como raça/cor, etnia, geração, territorialidade, deficiência, dentre outras. As violências de gênero, grafadas no plural, tensionam a limitação da noção de "violência doméstica" que considera estritamente os espaços domésticos. A partir dessa análise, o racismo, por exemplo, pode ser compreendido como uma violência de gênero, quando estiver relacionado a mulheres negras e indígenas.

Portanto as violências de gênero são complexas e multifacetadas, sustentadas pelo machismo, sexismo, LGBTfobia, racismo, capacitismo, xenofobia, preconceito geracional, dentre outras. Além disso, as análises sobre as violências de gênero abarcam também os diferentes espaços-tempos nos quais ocorrem, pois atrelam outras questões sociais como as das periferias, do encarceramento, do isolamento social, de hospitais psiquiátricos, da migração, dentre outras. (Barbara Biglia; Conchi, 2007)

Assim, diante dos ataques neoconservadores, das investidas de poder e da colocação da educação, das escolas e das universidades no centro das disputas de poder, nós professoras e pesquisadoras feministas nos colocamos, junto com os movimentos sociais organizados feministas, lésbicos feministas, de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT, de mulheres negras, indígenas, do campo, urbanos, da periferia, migrantes, pela despatologização, dentre outros, comprometidos com a promoção dos Direitos Humanos para todas as pessoas.

Essa coalizão política (Judith Butler, 2008) se coloca para a disputa pela educação, numa perspectiva ético-política e estética, engajada com a educação como ato político, como práticas de liberdade e resistência (Foucault, 2010; 1988; 1984). Estamos aqui, sempre estivemos, e estamos prontas para o fronte! Não flertamos com os neofascismos, disfarçados de neoconservadorismos!

Aos que intentam tirar as discussões de gênero, numa perspectiva feminista, das escolas, o nosso grito: tirem suas garras dos nossos corpos, práticas e experiências. Parem de se esconder por detrás do discurso enganoso, distorcido e violento da ideologia de gênero e da suposta proteção das infâncias! Os ataques por vocês promovidos, na prática, referendam e protegem apenas um sujeito – o abusador, e se prestam a um único objetivo – perpetuar as violências de gênero em todos os espaços-tempos, por meio da inviabilização deste que muitas vezes pode ser o único canal de denúncia dessas violências para possíveis vítimas.

Anti-gender crusade and strategies of resistance: education in dispute

ABSTRACT

This text originates from a conversation between Professor Dr. Dayana Brunetto and Professor Dr. Lindamir Salete Casagrande, held during the COVID-19 pandemic and later revisited and updated in 2026. Based on this dialogue, we problematize the intensification of neoconservative interventions in education, especially through the so-called anti-gender crusade, which primarily targets feminist teachers and feminist gender studies. We start from the understanding that such discourses, by restricting feminist debate in schools, not only delegitimize academic production but also act as mechanisms of support, omission, and production of gender-based violence. In articulation with recent events widely reported in the media, we demonstrate how these strategies are reconfigured in digital environments and materialize in practices that objectify, hierarchize, and violate women's bodies. In this sense, we reaffirm the centrality of feminist gender approaches in education as fundamental for confronting and preventing such violence, building safe spaces for girls and women, and defending human rights.

KEYWORDS: Education. Gender. Feminism. School. Misogyny.

Cruzada antigénero y estrategias de resistencia: la educación en disputa

RESUMEN

Este texto surge de una conversación entre la profesora Dra. Dayana Brunetto y la profesora Dra. Lindamir Salete Casagrande, realizada en medio de la pandemia de COVID-19 y posteriormente revisitada y actualizada en 2026. A partir de este diálogo, problematizamos la intensificación de las intervenciones neoconservadoras en la educación, especialmente a través de la llamada cruzada antigénero, que tiene como objetivo central a las profesoras feministas y a los estudios feministas de género. Partimos de la comprensión de que tales discursos, al restringir el debate feminista en las escuelas, no solo deslegitiman la producción académica, sino que también actúan como mecanismos de apoyo, omisión y producción de violencias de género. En articulación con acontecimientos recientes ampliamente difundidos por los medios de comunicación, evidenciamos cómo estas estrategias se reconfiguran en el entorno digital y se materializan en prácticas que objetivan, jerarquizan y violentan los cuerpos femeninos. En este sentido, reafirmamos la centralidad de los enfoques feministas de género en la educación como fundamentales para el enfrentamiento y la prevención de estas violencias, la construcción de espacios seguros para niñas y mujeres, así como para la defensa de los derechos humanos.

PALABRAS CLAVE: Educación. Género. Feminismo. Escuela. Misoginia.

NOTAS

[1] Disponível em: <https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html> Acesso em: 08 mai. 2021.

[2] Optei por utilizar a sigla oficial do movimento LGBT brasileiro, votada em conferência nacional no ano de 2008 e referendada na conferência nacional de 2016. A alteração da sigla, com a migração da letra L à frente, representa uma luta do movimento social de lésbicas feministas, em especial da Liga Brasileira de Lésbicas – LBL, a partir do argumento de que lésbicas são alvo de dupla opressão, uma vez que por serem mulheres se tornam alvos do machismo e por serem lésbicas, se tornam alvos da lesbofobia (BRUNETTO, Dayana, 2010). Não ignoro as novas composições das siglas. No entanto, sem juízos de valor, penso que essas novas composições se referem a existências e não à luta por políticas públicas específicas, como acontece no movimento social LGBT.

[3] Link é um termo utilizado para designar uma ligação eletrônica que permite acessar diretamente um conteúdo digital, como páginas da internet, documentos ou mídias, por meio de um endereço específico.

[4] Like é um recurso comum em plataformas digitais e redes sociais que permite aos usuários indicar aprovação, interesse ou engajamento em relação a um conteúdo publicado, funcionando também como um mecanismo de visibilidade e circulação dessas publicações.

[5] WhatsApp é um aplicativo de mensagens instantâneas amplamente utilizado para comunicação digital, que permite o envio de textos, áudios, imagens e vídeos, além da criação de grupos e listas de transmissão, sendo um dos principais meios de circulação de informações e conteúdos em redes sociais contemporâneas.

[6] Para mais sobre isso, acessar: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-defende-gravacao-de-professores-por-alunos-em-sala-de-aula/> Acesso em: 02 abr. 2021.

[7] Para mais sobre isso, acessar: <https://www.escolasempartido.org/blog/category/processos-judiciais/> Acesso em: 02 abr. 2021.

[8] A Brasil Paralelo é uma produtora brasileira de conteúdo audiovisual fundada em 2016, que se destaca pela produção de documentários e cursos com ampla circulação digital, frequentemente vinculados a perspectivas conservadoras e a críticas às instituições acadêmicas, à mídia tradicional e às políticas públicas, especialmente no campo da educação. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54321959. Acesso em: 25 abr. 2026.

[9] Utilizamos aqui a grafia do prenome das autoras na primeira vez em que aparece no texto. Esta é uma opção política e epistemológica por uma escrita feminista que se nega a seguir invisibilizando as mulheres nos processos de produção do conhecimento.

[10] Orientação sexual, também denominada de identidade sexual, é um conceito que se refere as maneiras como as pessoas experienciam suas sexualidades. Se trata da direção para a qual o desejo afetivo sexual das pessoas se orienta. Pode se dar de diversas formas. Nas relações lésbicas, por exemplo, quando pessoas do gênero feminino se interessam afetiva e/ou sexualmente por outras do gênero

feminino. Podem se dar também entre pessoas do gênero masculino, gays. Em direção a pessoas de ambos os gêneros, bissexuais. Ou ainda entre pessoas de gêneros opostos, heterossexuais. O conceito de orientação sexual, portanto, está relacionado com as múltiplas possibilidades de práticas sexuais e relações afetivas e/ou amorosas. Nesse sentido: "Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas." (YOGYAKARTA, 2006, p. 7).

[11] A identidade de gênero é um conceito relacionado à forma como as pessoas negociam com as normas de gênero vigentes e se apresentam à sociedade em relação à essas normas. Pode se dar de diferentes maneiras. Identidade de gênero feminina, masculina, não-binária, dentre outras possibilidades. Está relacionada também ao conceito de cisgeneridade e trans, pois uma identidade de gênero feminina, num corpo cisgênero é diferente de uma identidade de gênero feminina num corpo trans. Para Jaqueline Gomes de Jesus: "[c]hamamos de cisgênero, ou de "cis", as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. (...) Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não são identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans." (2012, p, 10).

[12] Para mais sobre isso ler: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Nº27** – Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/boletim-epidemiologico-no-27/> Acesso em: 23 abr. 2021

[13] Para mais sobre isso, ler: BRUNETTO, DAYANA; SARTORI, T. L. . Neoconservadorismo e Ideologia de Gênero: O Favorecimento do Estuprador. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 6, p. 195-219, 2023.

[14] Para mais sobre isso, acessar:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/internacional/1574186102_002170.html> <https://home.crin.org/issues/sexual-violence/child-sexual-abuse-catholic-church-latin-america>
<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/02/numero-de-vitimas-de-pedofilia-dentro-da-igreja-pode-chegar-a-10-mil-na-franca.ghtml>
<https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/02/12/interna_internacional,1030096/escandalo-de-abusos-sexuais-chega-a-principal-igreja-protestante-dos-e.shtml>
<https://domtotal.com/noticia/1475219/2020/10/lideres-da-igreja-anglicana-pedem-desculpas-as-vitimas-de-pastores-pedofilos/> Acesso em: 23 abr. 2021.

[15] Disponível em: <https://www.letras.mus.br/dona-ivone-lara/45561/> Acesso em: 06 mai. 2021.

REFERÊNCIAS

BARROS, Duda Monteiro de. **“Não me considero machista”, disse Breno Faria, do “café com teu pai”, à VEJA**. *Veja*, 10 abr. 2026. Disponível em: https://veja.abril.com.br/comportamento/nao-me-considero-machista-disse-bruno-faria-do-cafe-com-teu-pai-a-veja/. Acesso em: 25 abr. 2026.

BERTOLACCINI, Ana Julia. **Preso por estupro coletivo usa camisa com frase “não se arrependa de nada”**. *CNN Brasil*, 9 mar. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/preso-por-estupro-coletivo-usa-camisa-com-frase-nao-me-arrependo-de-nada/. Acesso em: 25 abr. 2026.

BIGLIA, Barbara.; CONCHI, San Martín. (coords.) ***Estado de wonderbra.*** *Entretejiendo narraciones feministas sobre las violencias de género.* Barcelona: Virus Editorial. 2007.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Nº27** – Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/boletim-epidemiologico-no-27/> Acesso em: 23 abr. 2021.

BRUNETTO, Dayana., MOTTIN, Karina Veiga. Os efeitos de poder produzidos pelo projeto escola sem partido na docência. In.: **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 297-312, jul./dez., 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CÉSAR, Maria Rita de Assis., DUARTE, André de Macedo. **Governamento e pânico moral:** corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 33, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017.
COHEN, Stanley. ***Folk Devils and Moral Panics:*** The Creation of Mods and Rockers. London, MacGibbon & Kee, 1972.

CORRÊA, Douglas. **Duas funcionárias do Cefet no RJ são mortas a tiros por colega**. *Agência Brasil*, 28 nov. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-11/duas-funcionarias-do-cefet-no-rj-sao-mortas-tiros-por-colega. Acesso em: 25 abr. 2026.

CORRESPONDENTE LOCAL. **PR: Estudante de Medicina da UFPR é ameaçada de estupro por grupo criminoso**. *A Nova Democracia*, 22 abr. 2026. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/estudante-ufpr-ameacada-estupro/. Acesso em: 25 abr. 2026.

DELMAZO, Caroline., & VALENTE, Jonas. C. L. (2018). *Fake news* nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, 18(32), 155-169.

ESTADÃO CONTEÚDO. **Colégio de SP suspende alunos após mensagens sobre estupro e citação a Epstein**. *CNN Brasil*, 18 mar. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/sp/colegio-de-sp-suspende-alunos-apos-mensagens-misoginas-e-citacao-a-epstein-em-grupo-de-whatsapp/. Acesso em: 25 abr. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 28. reimp. 2010.

FOUCAULT, Michel. Uma estética da existência. **Espaço Michel Foucault** – Universidade de Brasília, p. 3-5, 1984. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/estetica.pdf> Acesso em: 08 mai. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREITAS, Raquel. **Sindsep denuncia filmagens da Brasil Paralelo em escolas municipais de São Paulo**. *TVT News*, 17 abr. 2026. Disponível em: https://tvtnews.com.br/sindsep-denuncia-filmagens-brasil-paralelo-escolas/. Acesso em: 25 abr. 2026.

FURLANI, Jimena. Ideologia de gênero. **Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Versão Revisada**, 2016.

GARCIA, Gabriela. **Alunos são suspeitos de criar "ranking sexual" com fotos de colegas no RS**. *CNN Brasil*, 24 mar. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sul/rs/alunos-sao-suspeitos-de-criar-ranking-sexual-com-fotos-de-colegas-no-rs/. Acesso em: 25 abr. 2026.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Goiânia: Ser-Tão, 2012. Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br>. Acesso em: 22 abr. 2021.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras, malleus maleficarum**, escrito em 1484 pelos inquisidores. Tradução de Paulo Fróes. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

MOTTIN, Karina Veiga. **A "ideologia de gênero" através das narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná:** o caso do Plano Estadual de Educação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

MOREIRA, Jasmine. **Janelas fechadas:** a questão LGBT no PNE 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

NEVES, Carol. **"Café com teu pai": agente da PRF, influenciador com milhões de seguidores é denunciado ao MPF por misoginia**. *Correio 24 Horas*, 10 abr. 2026. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/brasil/cafe-com-teu-pai-influenciador-com-milhoes-de-seguidores-e-denunciado-ao-mpf-por-misoginia-0426. Acesso em: 25 abr. 2026.

PINHEIRO, Mirelle. **Conta “Café com Teu Pai” é removida pelo Instagram após acusações de misoginia**. *Metrópoles*, 18 abr. 2026. Disponível em: https://www.metropoles.com/colunas/mirelle-pinheiro/conta-cafe-com-teu-pai-e-removida-pelo-instagram-apos-acusacoes-de-misoginia. Acesso em: 25 abr. 2026.

SILVA, Amanda da. **Da “ideologia de Gênero” à família heteronormativa:** uma análise do Plano Municipal de Educação de Curitiba. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

YOGYAKARTA. **Princípios de Yogyakarta**. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2006.

DOI: 10.3895/cgt.v18n50/51.22672.
Como citar: FERNANDES, Carolina Burda, BRUNETTO, Dayana. Cruzada antigênero e estratégias de resistência: a educação em disputa! **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 18, n. 50/51, p. 1-17, jan./dez, 2025. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt. Acesso em: XXX.
Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.